

Sisema apresenta resultados de gestão no Assembleia Fiscaliza

Sex 11 outubro

No segundo ciclo do programa Assembleia Fiscaliza, promovido pela Assembleia Legislativa, com objetivo de prestação de contas por parte do poder Executivo, o secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Germano Vieira, apresentou as ações do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema), no terceiro quadrimestre de 2019. A participação do sistema foi em reunião das comissões de Meio Ambiente, Minas e Energia, Agropecuária e Energias Renováveis.

Na ocasião, o secretário detalhou avanços como: redução de passivo nos processos de licenciamento, outorgas e nos documentos autorizativos de intervenção ambiental (Daias). Foram 686, 5.710 e 1.158 processos a menos, respectivamente, em cada um desses atos autorizativos, entre janeiro e agosto de 2019. Germano ainda citou os avanços no licenciamento municipal, que já tem adesão de 101 municípios mineiros; o investimento em grandes ações de fiscalização preventivas e repressivas, e o fomento a fontes de energias renováveis.

Uma dessas medidas rumo à autossuficiência energética por meio de fontes limpas, renováveis e ambientalmente sustentáveis foi adotada em setembro, quando a Câmara Normativa Recursal (CNR), entidade vinculada ao Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), aprovou alteração da Deliberação Normativa (DN) 217/2017, reduzindo o índice relativo ao potencial poluidor/degradador de empreendimentos voltados à geração de energia solar. A proposta de alteração que vai incentivar a instalação desse tipo de empreendimento no território mineiro, especialmente no Norte do Estado, foi elaborada pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam) e apresentada ao Conselho.

Na área de gestão de barragens, ele apresentou as mudanças já implementadas a partir da publicação da Lei Estadual de Segurança de Barragens, o que inclui o comitê de descaracterização de barragens a montante e a chegada de novos técnicos para compor o Núcleo de Barragens da Feam, entre outras medidas. Em relação aos recursos hídricos, Germano Vieira citou importantes medidas adotadas recentemente, como a publicação do Decreto Estadual nº 47.705, que reúne normas relativas a outorga e visa desburocratizar a regularização do uso de recursos hídricos no Estado. Outra importante medida foi a publicação da Portaria Igam nº 48, que, além de simplificar as modalidades de outorga e reduzir os documentos exigidos ao usuário na formalização do processo junto ao Igam, torna o processo 100% digital, dispensando deslocamentos dos usuários às Superintendências Regionais de Meio Ambiente (Suprams) para formalização do processo ou apresentação de documentos.

“São mudanças que contribuem para garantir eficiência e maior segurança técnica às análises de outorga e, conseqüentemente, promovem celeridade aos serviços públicos relacionados ao uso de recursos hídricos no estado”, afirmou o secretário.